

A História Oculta do Verso Quarenta - Número Dois

Os Estados Unidos, a Lei Patriota e o caminho para o cumprimento profético

Jeff Pippenger
2024-09-19

Encerramos o último artigo com a frase que afirmava: "Em 2001, o governo dos Estados Unidos transformou o Patriot Act em lei."

"Há muitos, mesmo entre os envolvidos nesse movimento pela imposição do domingo, que estão cegos quanto aos resultados que advirão dessa ação. Eles não veem que estão golpeando diretamente a liberdade religiosa. Há muitos que nunca compreenderam as reivindicações do sábado bíblico e o falso fundamento sobre o qual repousa a instituição dominical. Qualquer movimento em favor de legislação religiosa é, na realidade, um ato de concessão ao papado, que, por tantos séculos, tem travado guerra constante contra a liberdade de consciência. A observância do domingo deve sua existência, como uma suposta instituição cristã, ao 'mistério da iniquidade'; e sua imposição será um reconhecimento virtual dos princípios que são a própria pedra angular do romanismo. Quando nossa nação abjurar de tal modo os princípios de seu governo a ponto de promulgar uma lei dominical, o protestantismo, nesse ato, dará as mãos ao papismo; não será outra coisa senão dar vida à tirania que há muito vem ansiosamente aguardando a oportunidade de lançar-se novamente ao despotismo ativo." Testemunhos, volume 5, 711.

1888 tipificou 2001, e foi então que o Projeto de Lei Blair foi apresentado, embora sua não aprovação tenha impedido que ele falasse profeticamente. Isso se tornou o sinal de 66 d.C., um cerco que foi iniciado e então misteriosamente retirado. Quando se entende que há dois períodos de provação da imagem da besta, e que o segundo período começa com a lei dominical nos Estados Unidos, tipificada pelo ano 321, e que o período termina quando a lei dominical mundial, tipificada por 538, é plenamente imposta; então isso exige, profeticamente, que o início do primeiro período de provação da imagem da besta também comece com algum tipo de tipificação de uma lei dominical sendo proposta. Em 1888, o Projeto de Lei Blair foi uma tentativa de impor uma lei dominical nacional, e 1888 identifica quando o anjo de Apocalipse dezoito desce e ilumina a terra com sua glória.

A Lei Patriota é a tipificação de uma lei dominical que dá início ao tempo de prova da imagem da besta nos Estados Unidos. Os Estados Unidos falarão como um dragão, em cumprimento de Apocalipse capítulo treze, versículo onze, quando impuserem a lei dominical. Quando impuserem essa lei, falarão como um dragão, e essa lei dominical indica que a imagem da besta está plenamente formada nos Estados Unidos. Nesse ponto, os Estados Unidos terão enchido a sua medida de tempo probatório, e a apostasia nacional é seguida por ruína nacional. Nesse ponto, os Estados Unidos deixam de ser o sexto reino da profecia bíblica, à medida que a tríplice união é

estabelecida.

Alfa e Ômega sempre apresenta o fim no começo e, no início dos Estados Unidos, houve três ocasiões em que os Estados Unidos falaram profeticamente, as quais marcaram o início dos Estados Unidos como o sexto reino da profecia bíblica. A Declaração de Independência em 1776, seguida pela Constituição de 1789 e, depois, pelas Leis de Estrangeiros e Sedição de 1798 identificam as três primeiras vezes em que os Estados Unidos falaram profeticamente. Cada uma dessas três publicações representou o pronunciamento dos Estados Unidos. Esses três passos levaram a 1798, o início do reinado dos Estados Unidos como o sexto reino da profecia bíblica. Esses mesmos três marcos do início dos Estados Unidos representam três marcos que levam ao término do reinado dos Estados Unidos como o sexto reino da profecia bíblica.

O Patriot Act é a primeira de três vezes em que os Estados Unidos falam à medida que chegam à sua conclusão como o sexto reino. A terceira fala, que identifica o fim do sexto reino, é a lei dominical. No meio dessa história, foram iniciados os julgamentos de Pelosi de 6 de janeiro, que começaram em 2022. Os julgamentos foram uma rejeição direta dos direitos consagrados na Constituição, porque eram de natureza política, e o lawfare não foi simplesmente uma fabricação de fatos, mas, na verdade, um ataque direto ao direito “processual” e “material”, conforme identificados na Constituição.

O Patriot Act de 2001 foi um ataque direto à "Cláusula do Devido Processo", que aparece tanto na Quinta Emenda quanto na Décima Quarta Emenda da Constituição dos Estados Unidos. Essas dispõem que ninguém pode ser privado da vida, da liberdade ou da propriedade sem o devido processo legal. Isso foi em 2001, e em 2022 o ataque contra a Constituição concentrou-se tanto no "devido processo processual" quanto no "devido processo substantivo". A palavra "repudiar" significa negar, e a Irmã White afirma que, na lei dominical nos Estados Unidos, todo princípio da Constituição será repudiado.

Por meio do decreto que impõe a instituição do papado, em violação à lei de Deus, nossa nação se desligará completamente da justiça. Quando o Protestantismo estender a mão através do abismo para agarrar a mão do poder romano, quando, por cima do abismo, estender a mão para apertar as mãos com o espiritismo, quando, sob a influência dessa tríplice união, nosso país repudiar todos os princípios de sua Constituição, enquanto nação protestante e republicana, e tomar providências para a propagação de falsidades e enganos papais, então saberemos que chegou o tempo da maravilhosa operação de Satanás e que o fim está próximo.

Assim como a aproximação dos exércitos romanos foi um sinal para os discípulos da iminente destruição de Jerusalém, assim também esta apostasia pode ser para nós um sinal de que o limite da longanimidade de Deus foi alcançado, de que a medida da iniquidade de nossa nação se encheu, e de que o anjo da misericórdia está prestes a partir, para jamais retornar. O povo de Deus então será mergulhado naquelas cenas de aflição e angústia que os profetas descreveram como o tempo da angústia de Jacó. Os clamores dos fiéis perseguidos sobem ao céu. E, como o sangue de Abel clamava da terra, há também vozes que clamam a Deus das sepulturas dos mártires, dos sepulcros do mar, das cavernas das montanhas, das criptas dos conventos: "Até quando, ó Senhor, santo e verdadeiro, não julgas e vingas o nosso sangue dos que habitam

sobre a terra?"

O Senhor está realizando Sua obra. Todo o céu está em comoção. O Juiz de toda a terra em breve se levantará e vindicará Sua autoridade ultrajada. A marca de livramento será posta sobre os homens que guardam os mandamentos de Deus, que reverenciam Sua lei e que recusam a marca da besta ou de sua imagem.

Deus revelou o que há de acontecer nos últimos dias, para que Seu povo esteja preparado para resistir à tempestade de oposição e ira. Aqueles que foram advertidos dos eventos que os aguardam não devem ficar sentados em tranquila expectativa da tempestade que se aproxima, consolando-se com a ideia de que o Senhor abrigará Seus fiéis no dia da angústia. Devemos ser como homens que aguardam seu Senhor, não em expectativa ociosa, mas em trabalho diligente, com fé inabalável. Não é tempo agora de permitir que nossa mente seja absorvida por coisas de menor importância. Enquanto os homens dormem, Satanás está ativamente preparando as coisas para que o povo do Senhor não encontre misericórdia nem justiça. O movimento dominical está agora abrindo caminho nas trevas. Os líderes estão ocultando a verdadeira questão, e muitos que se unem ao movimento não veem para onde se dirige a corrente subterrânea. Suas declarações são brandas e aparentemente cristãs, mas, quando falar, revelará o espírito do dragão. É nosso dever fazer tudo ao nosso alcance para evitar o perigo ameaçador. Devemos procurar desarmar o preconceito, apresentando-nos de maneira adequada diante do povo. Devemos apresentar-lhes a verdadeira questão em jogo, interpondo assim o mais eficaz protesto contra medidas que restrinjam a liberdade de consciência. Devemos examinar as Escrituras e ser capazes de dar a razão da nossa fé. Diz o profeta: "Os ímpios procederão impiamente; e nenhum dos ímpios entenderá; mas os sábios entenderão." Testemunhos, volume 5, 451, 452.

A irmã White alinha a Lei Dominical com vários marcos dos últimos dias e, ao fazê-lo, suas palavras revelam "o que há de ocorrer nos últimos dias, para que Seu povo esteja preparado para resistir à tempestade de oposição e ira". Portanto, os marcos que ela alinha nesta passagem devem ser cuidadosamente examinados. Estou sugerindo que o ponto de referência é a linha de profecia que se concentra na Constituição dos Estados Unidos, juntamente com o "falar" da nação como um símbolo inter-relacionado.

Com isso, quero dizer que o Projeto de Lei Blair, em 1888, o Patriot Act, em 2001, e as perseguições políticas levadas a cabo pelos Democratas e Republicanos globalistas a partir de 2022 representaram, cada um, uma negação direta de dois elementos essenciais da Constituição. 1888 representa a imposição da observância do domingo e, depois, em 2001, a mudança do direito inglês para o direito romano. Em 2022, o direito "substantivo" e o "processual" foram atacados.

O direito material define os direitos e as obrigações de indivíduos e organizações, enquanto o direito processual descreve o processo para resolver litígios e fazer cumprir os direitos e as obrigações de indivíduos e organizações. A lei define condutas lícitas ou ilícitas e estabelece as punições para elas. O direito material abrange muitas áreas jurídicas, incluindo o direito penal, civil e contratual.

O direito penal é um excelente exemplo de direito material. O direito penal define quais condutas são consideradas criminosas e as penas para esses crimes. O direito civil, porém, regula disputas entre indivíduos e organizações, como quebra de contrato, danos pessoais ou disputas de propriedade.

O direito material é tipicamente escrito em leis, regulamentos e jurisprudência. As leis são normas aprovadas por órgãos legislativos, como parlamentos nacionais ou legislaturas estaduais, e os regulamentos são regras e procedimentos criados por órgãos administrativos. A jurisprudência é o direito que os juízes criam por meio de sua interpretação das leis, dos regulamentos e da Constituição.

O direito processual refere-se às regras que regem o processo judicial. Ele descreve como os casos tramitam pelo sistema jurídico, desde a apresentação inicial de uma ação até a resolução final. O direito processual abrange várias áreas do direito, incluindo procedimentos civis, penais e administrativos. A finalidade do direito processual é assegurar que o processo judicial seja justo e eficiente. Ele fornece uma estrutura para a resolução de disputas e garante que todos os envolvidos no processo judicial, incluindo juízes, advogados e litigantes, saibam o que se espera deles.

O direito material e o direito processual são concebidos para atuar em conjunto a fim de garantir que a justiça seja feita. O direito material define os direitos e as obrigações de indivíduos e organizações, enquanto o direito processual estabelece o procedimento para resolver disputas e fazer cumprir esses direitos e obrigações. Em outras palavras, o direito material define condutas lícitas e ilícitas e as consequências do comportamento ilícito, ao passo que o direito processual determina como essas questões jurídicas são solucionadas.

Em 2001, a Lei Patriota removeu o direito ao habeas corpus. “Habeas corpus” é um termo em latim que se traduz como “você deverá ter o corpo”. Refere-se a um princípio jurídico que protege indivíduos contra detenção ilegal, ao exigir que um tribunal examine a legalidade da prisão de uma pessoa. O habeas corpus é um direito fundamental em muitos sistemas jurídicos, especialmente aqueles influenciados pela common law inglesa. Ele garante que uma pessoa não possa ser mantida sob custódia sem justa causa e permite que ela conteste a legalidade de sua detenção perante um juiz.

Uma "cláusula do devido processo legal" aparece tanto na Quinta Emenda quanto na Décima Quarta Emenda da Constituição dos Estados Unidos. Estas dispõem que ninguém pode ser privado da vida, da liberdade ou da propriedade sem o devido processo legal. Os tribunais desenvolveram duas vertentes da doutrina do devido processo legal: o devido processo legal processual e o devido processo legal substantivo. Em 2001, com o Patriot Act, o habeas corpus foi suprimido como direito, e o direito inglês foi substituído pelo direito romano. O direito inglês estabelece que uma pessoa é considerada inocente até que se prove sua culpa, e o direito romano estabelece que uma pessoa é considerada culpada até que se prove sua inocência. Nos Julgamentos de Pelosi de 2022, tanto o devido processo legal processual quanto o substantivo foram violados. Tanto o direito substantivo quanto o direito processual foram aplicados nos Julgamentos de Pelosi exatamente de forma oposta ao seu propósito constitucional pretendido.

A distinção entre o devido processo legal substantivo e o devido processo legal processual reside nos diferentes aspectos da lei e dos direitos que cada conceito protege no âmbito da Constituição dos Estados Unidos, particularmente sob as Cláusulas do Devido Processo Legal previstas na Quinta e na Décima Quarta Emenda.

O devido processo legal substantivo diz respeito aos direitos e liberdades fundamentais que o governo não pode violar, independentemente do procedimento utilizado. Ele protege determinados direitos contra a interferência do governo mesmo que os procedimentos adequados sejam observados. O devido processo legal substantivo abrange direitos considerados fundamentais, como o direito à privacidade, o direito ao casamento e o direito de criar os próprios filhos. Esses direitos são resguardados contra a intrusão do governo, salvo quando houver um interesse estatal imperioso. Ele funciona como um freio ao poder do governo, assegurando que leis e regulamentos não violem liberdades fundamentais.

O devido processo legal de natureza processual diz respeito aos procedimentos que o governo deve seguir antes de privar um indivíduo de vida, liberdade ou propriedade. Ele assegura que os indivíduos recebam tratamento justo e imparcial por meio de processos legais adequados. O devido processo legal de natureza processual exige que o governo siga determinados passos ou procedimentos, como fornecer notificação prévia, uma audiência justa e a oportunidade de ser ouvido, antes de privar alguém de seus direitos. Ele enfatiza os métodos pelos quais as leis são aplicadas, garantindo que o governo atue de maneira justa e equitativa.

O lawfare que vem se manifestando desde que os Julgamentos de Pelosi começaram representa a negação tanto da dimensão substancial quanto da dimensão processual do devido processo legal. Os direitos fundamentais dos cidadãos americanos foram negados abertamente e com êxito. As operações de falsa bandeira e a corrupção aberta das agências de três letras dos Estados Unidos vêm sendo regularmente expostas desde mesmo antes do início dos Julgamentos de Pelosi, mas os procedimentos legais empregados pelos globalistas de ambos os partidos desde que os Julgamentos de Pelosi começaram representam uma clara ilustração da destruição do devido processo legal em sua dimensão processual.

Anteriormente no artigo, lemos: "Qualquer movimento em favor de legislação religiosa é, na realidade, um ato de concessão ao papado, que por tantos séculos tem travado uma guerra constante contra a liberdade de consciência. A observância do domingo deve sua existência, como uma assim chamada instituição cristã, ao 'mistério da iniquidade'; e sua imposição será um reconhecimento virtual dos princípios que são a própria pedra angular do romanismo. Quando nossa nação abjurar os princípios de seu governo a ponto de promulgar uma lei dominical, o protestantismo, nesse ato, dará as mãos ao papismo; não será outra coisa senão dar vida à tirania que há muito tem aguardado ansiosamente a oportunidade de irromper novamente em despotismo ativo."

Na linha histórica que pode ser representada pela Constituição dos Estados Unidos, há três marcos específicos que representam algum elemento da Constituição tanto no início quanto no fim dos Estados Unidos. Cada um desses três marcos é uma ação política e, portanto, simboliza a fala dos

Estados Unidos. As Leis de Estrangeiros e Sedição constituíram o terceiro desses marcos no início, em 1798, e o terceiro desses marcos no fim é quando os Estados Unidos impõem uma lei dominical e falam como um dragão, em cumprimento de Apocalipse capítulo treze, versículo onze.

A história profética dos Estados Unidos começa quando a terra, que os representa, abriu a boca e engoliu a enxurrada da perseguição do dragão.

E a serpente lançou de sua boca água como um rio atrás da mulher, para que ela fosse levada pela correnteza. E a terra ajudou a mulher, e a terra abriu a boca e engoliu o rio que o dragão lançou de sua boca. Apocalipse 12:15, 16.

Em 1776, a besta que havia de surgir da terra e, em última instância, tornar-se, em 1798, o sexto reino da profecia bíblica, trouxe a torrente de perseguição contra o povo de Deus ao estabelecer uma nação com uma Constituição que protestava contra os tiranos da realeza europeia e os tiranos da Igreja papal.

A Declaração de Independência de 1776 tipificou a Lei Patriota de 2001. A Constituição de 1789 tipificou os Julgamentos de Pelosi iniciados em 2022. As Leis dos Estrangeiros e da Sedição de 1798 tipificaram a lei dominical nos Estados Unidos.

O pronunciamento de independência pelos patriotas americanos em 1776 representou o anúncio da perda de independência com o Patriot Act de 2001. A Constituição de 1789 representou os Julgamentos de Pelosi iniciados em 2022. As Leis de Estrangeiros e Sedição representam a lei dominical. A história do repúdio de todos os princípios da Constituição representa um desmantelamento progressivo da Constituição que culmina na lei dominical.

Todas essas linhas se alinham na história oculta do versículo quarenta do capítulo onze de Daniel. Neste artigo citamos quatro parágrafos de Testemunhos, volume 5, 451, 452.

Vamos analisar mais de perto esses parágrafos no próximo artigo.